

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O GloboClass.: 25Data: 25.02.82

Pg.: _____

Cimi defende três índios acusados de assassinato

BRASILIA (O GLOBO) — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou nota ontem sobre a prisão, no último dia 11, de três índios capinava, que vivem no município de Buique (PE), acusados de terem assassinado dois brancos durante um conflito ocorrido dia 7 no povoado de Catimban. Recolhidos, inicialmente, a uma ala especial da Delegacia, eles foram transferidos para uma cela comum, no carnaval, onde permanecem com presos embriagados.

Segundo o Cimi, a situação na área foi agravada nas últimas semanas, depois que o grileiro Zuza Tavares iniciou uma campanha contra os índios, levando a população a hostilizá-los. Um dos detidos, José Índio, disse que a prisão foi efetuada por elementos da Polícia Federal e funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai).

“É de se estranhar” — afirma a nota — “as circunstâncias dessa prisão, que não só contraria o Estatuto do Índio, uma vez que os indígenas são tutelados e, assim, considerados menores perante a lei, mas a própria lei comum, já que, de acordo com o delegado de Polícia de Buique, seriam outros os índios supostamente responsáveis pela morte dos dois brancos”.

Diz ainda o documento que “em janeiro

passado o Cimi comunicou à Funai que estava para estourar um grave conflito na área, devido ao alto grau de hostilidade da população, particularmente os grileiros. Entretanto, não foram tomadas providências”.

O consultor jurídico da Funai, Afonso Moraes, disse que ainda não recebeu informações completas sobre o problema denunciado pelo Cimi, acrescentando que “se o delegado regional Leonardo Reis tivesse sentido necessidade de assistência jurídica imediata, teria solicitado à Assessoria Jurídica em Brasília o envio de um advogado ou constituído um profissional na área, pagando-o posteriormente como prestação de serviço”.

Em Curitiba, diante da falta de uma proposta considerada viável para o reassentamento dos índios ava-guaranis que serão desapropriados de suas terras nos próximos meses pela Itaipu Binacional, advogados da Comissão Justiça e Paz do Paraná (CJP), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) se reunirão sábado, na Cúria Metropolitana de Curitiba, para discutir as medidas a serem tomadas.